

Um diálogo entre
EINSTEIN
e FREUD
POR QUE A GUERRA?



FADISMA
Faculdade de Direito de Santa Maria

© 2005 FADISMA

Edição

FADISMA - Faculdade de Direito de Santa Maria

Fone/fax: (55) 3220 2500

www.fadisma.com.br

Editoração

Ricardo Coelho

Capa

Diâne Borin

Normalização

Cibele Dziekaniak

D536 Um diálogo entre Einstein e Freud: por que a guerra?/
apresentação de Deisy de Freitas Lima Ventura,
Ricardo Antônio Silva Seitenfus – Santa Maria:
FADISMA, 2005.
48 p.

1. Guerra 2. Morte 3. Relações internacionais 4.
Sociedade das Nações 5. Violência

CDU 327

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária
Cibele V. Dziekaniak CRB 10/1385



FADISMA
Faculdade de Direito de Santa Maria

Um diálogo entre Einstein e Freud

Por que a Guerra?



Santa Maria
FADISMA
Faculdade de Filosofia de Santa Maria
2005

Sobre os direitos autorais referentes a esta publicação (difusão gratuita)

Os textos de Einstein e Freud são de domínio público.
Os textos de apresentação foram elaborados por Ricardo Seitenfus (“O contexto histórico...”) e Deisy Ventura (“O contexto desta publicação...”), e os respectivos direitos foram cedidos gratuitamente pelos autores à Faculdade de Direito de Santa Maria (FADISMA).

Edição dos documentos

Com base nas traduções brasileira (Obras Completas de Sigmund Freud, edição Standard Brasileira. Rio de Janeiro: Imago, 1976. v. XXII) e francesa (DAVID, Christophe. Einstein e Freud. Pour quoi la guerre? Paris: Payot & Rivages, 2005).

Ricardo Seitenfus (Doutor do Instituto de Altos Estudos Internacionais da Universidade de Genebra, Suíça).

Deisy Ventura (Doutora da Escola de Direito Internacional e Europeu da Universidade de Paris 1, Panthéon-Sorbonne).

Diretor Geral

Prof. Dr. Ricardo Antônio Silva Seitenfus

Diretor Executivo

Prof. Eduardo de Assis Brasil Rocha

Coordenadora-Geral da Graduação

Prof^a. Dra. Jânia Maria Lopes Saldanha

Apoio institucional

FES Brasil - Fundação Friedrich Ebert,

Representação no Brasil

São Paulo - SP

Tel.: (11) 3253-9090 Fax.: (11) 3253-3131

www.fes.org.br



FADISMA
Faculdade de Direito de Santa Maria

Projeto *Ciência contra a Violência*

FADISMA – FES Brasil

Ano 2005

O projeto *Ciência contra a Violência* abordará, a cada ano, um tema no qual a ciência possa contribuir para a redução dos alarmantes índices de violência que nos afligem.

No ano de 2005, o tema escolhido foi o desarmamento. No dia 23 de outubro, a população brasileira deverá responder à questão: *O comércio de armas de fogo e munição deve ser proibido no Brasil?*

A FADISMA reconhece a importância tanto da consolidação do referendo como mecanismo de democracia participativa, quanto do conteúdo da decisão a ser tomada pelo povo brasileiro.

Com o apoio da representação da Fundação Friedrich Ebert no Brasil (FES-Brasil), a primeira etapa do projeto consiste na publicação da troca de cartas entre Albert Einstein e Sigmund Freud, datada de 1932, pouco conhecida na América Latina, intitulada “Por que a guerra?”.

Estimulada pelo Instituto Internacional de Cooperação Intelectual, emanção da Sociedade das Nações, a correspondência visava a entender as razões que levavam o homem à guerra, como maneira de evitá-la. As duas belas cartas tratam da violência humana e do terrível papel que a indústria armamentista exerce sobre ela.

Os objetivos desta fase do projeto são:

despertar a consciência da comunidade regional sobre a urgência do desarmamento e os riscos da progressão da violência como valor em nossa sociedade; estimular a participação política dos professores, funcionários, alunos e seus respectivos círculos familiares; finalmente, oferecer mecanismos capazes de operar no plano das idéias, disseminando convicções humanistas e fornecendo material de qualidade a formadores de opinião, aptos a irradiar ditos valores.

Com a publicação deste curto texto e sua difusão gratuita (tiragem de 5.000 exemplares, e disponibilização em formato eletrônico, nos sítios Internet da FADISMA e da FES-Brasil, para reprodução livre em quaisquer outras páginas), pretende-se contribuir a revelar grandes cientistas e pensadores como inveterados pacifistas e, em particular, anti-armamentistas. Além disso, almeja-se difundir amplamente este tocante libelo em favor da paz e da vida humana.



O contexto histórico do diálogo entre Einstein e Freud: um debate filho de seu tempo, de todos os tempos

O diálogo entre Einstein e Freud ocorre num dos momentos mais críticos da história recente da Humanidade. Há um sentimento predominante, a partir de 1919, de imperiosa necessidade de instituir mecanismos políticos, morais e jurídicos capazes de limitar a desenfreada violência que assola as relações internacionais.

A Primeira Guerra Mundial (1914-18) trouxe consigo terríveis inovações. O conflito estendeu-se a vários continentes. Foram utilizadas algumas armas de destruição indiscriminada – como, por exemplo, o gás mostarda – e outras técnicas que aperfeiçoavam a arte de matar, como o uso da aviação. A carnificina atingiu proporções jamais vistas em razão da guerra de trincheiras. Enfim, no bojo da guerra se afirmaram novas ideologias, tais como o fascismo e o comunismo, que se opunham à liberdade do homem e aos seus direitos fundamentais.

Para evitar a guerra, a onipotência do Estado, inquestionável no interior de suas fronteiras, deveria conhecer limitações em relação ao sistema internacional. Neste diapasão, uma das mais importantes conseqüências da denominada « Grande Guerra » foi a criação da Liga das Nações (ou Sociedade das Nações – SDN), sediada em

Genebra, encarregada de prevenir e solucionar os conflitos entre os Estados.

Baseada na doutrina do Presidente Woodrow Wilson, a SDN foi marcada por três características marcantes que impregnaram e limitaram sua ação. Foi uma instituição desprovida de meios coercitivos para fazer valer suas decisões. Trata-se, antes de mais nada, de uma associação política de alcance moral, fundada na boa vontade dos Estados partícipes. Ao fazer com que a lei do coletivo não se fizesse acompanhar, em caso de necessidade, da espada da eficácia, o trabalho de prevenção e solução de litígios da SDN colheu pífios resultados. Ela conseguiu operar nos conflitos marginais, mas foi desconsiderada nos conflitos que envolveram as Potências, ou os Estados por estas protegidos.

Ao incluir o Pacto da SDN, ou seja seu tratado constitutivo, no próprio Tratado de Versalhes, que colocou um ponto final à Primeira Guerra Mundial, os fundadores da instituição deixaram transparecer que se tratava de uma união dos vencedores contra os vencidos, especialmente contra a Alemanha. Portanto, a instituição, que deveria estar acima dos interesses dos Estados e servir à paz, transformou-se de fato e de direito num instrumento de opressão constantemente criticado por Berlim, Roma, Tóquio e Moscou.

O sentimento isolacionista que tomou conta, a partir de 1919, do Congresso dos Estados Unidos impediu a ratificação do Tratado de Versalhes e, por conseguinte, excluiu Washington da SDN. Portanto, embora a organização propugnasse sua universalidade, a composição da Liga das Nações indicava ser, antes de mais nada, uma instituição centrada essencialmente na Europa Ocidental.

Após a concordância da derrotada Alemanha com o ingresso na SDN, em 1926, como consequência dos Acordos de Locarno, foi possível imaginar uma nova era nas relações européias. Neste mesmo ano, foi fundado em Paris, no âmbito da SDN, o Instituto Internacional de Cooperação Intelectual (IICI).

O objetivo do IICI era o de fortalecer a colaboração entre intelectuais de cultura e nacionalidade distintas, a fim de criar condições propícias ao surgimento de um novo humanismo, com o escopo de respaldar os esforços da SDN em prol da paz.¹

É neste diálogo entre culturas que se insere a troca de correspondências, datada de 1932, entre Einstein e Freud. Contudo, há imenso contraste entre o humanismo realista de Einstein, que participava, desde 1922, dos trabalhos intelectuais da SDN, e o pessimismo de Freud, em cujo texto pulsa a morte.

Einstein não escondia suas críticas à ausência de força e de boa vontade por parte da SDN para cumprir sua missão. Com perspicácia, ele percebe na instituição genebrina um simples e dócil instrumento nas mãos do grupo de Potências que

¹ Há dois grupos de atividades do IICI. O primeiro trata de debates públicos que aconteceram em grandes cidades européias sobre temas tais como *Goethe, O futuro da cultura, A formação do Homem moderno, O novo humanismo* e *As relações entre a Europa e a América Latina*. O segundo reúne a troca de correspondências entre grandes intelectuais. Foram publicados os seguintes livros: *Para uma sociedade do espírito* [introdução de Paul Valéry e Henri Focillon com cartas de Salvador de Mariaga, Gilbert Murray, Miguel Ozzorio de Almeida, Alfonso Reyes e Henri Focillon]; *Por que a guerra?* [1933]; *O espírito, a ética e a guerra* [cartas de Johan Bojet, J. Huizinga, Aldous Huxley, André Maurois e Robert Waelder]; *Civilizações: Oriente/Ocidente, gênio do Norte/latinidade* [cartas de Henri Focillon, Gilbert Murray, Josef Strzygowski e Rabindranath Tagore].

domina a Europa. Contudo, ele mantém esperanças que a SDN possa vir a estar à altura de seu desafio.

Freud, por sua vez, aceita o convite de diálogo proposto por Einstein, correndo o risco, no entanto, de decepcioná-lo. Com efeito, Einstein pretendia dar ao pequeno fascículo resultante da troca de cartas o nome de “Direito e violência”. Freud recusa esta denominação, pois ela não correspondia ao conteúdo das cartas (especialmente da sua). Por isso, ele sugere – ou melhor, impõe – o título “Por que a guerra?”.

Consciente de que sua posição não corresponde ao discurso humanista dos trabalhos da IICI, Freud declara que sua carta aborda a maneira de evitar a guerra, embora ele saiba “que não receberá o prêmio Nobel da paz por esta publicação”.

A crise econômica que se abateu sobre o capitalismo após a quebra da Bolsa de Nova Iorque, em 1929, repercutiu politicamente na Europa. O poder de Mussolini consolidou-se. Foi incendiado o *Reichstag*, na noite de 27 de fevereiro de 1933, conduzindo à prisão mais de 10 mil pessoas na Alemanha. Seguiu-se, em 5 de março, a eleição de Hitler. O nazismo deu início, então, à sinistra política que conduziria o mundo a uma catástrofe sem precedentes.

Adquirem amplitude as reticências de Einstein e o pessimismo de Freud. Os dois gênios alcançam com o “Por que a guerra?” uma dimensão universal e atemporal, pois os dramas e dilemas que assaltavam a organização das relações internacionais, bem como a interface entre Direito e violência, encontram-se no cerne dos desafios que enfrentam as sociedades na atualidade. O terrorismo, o conflito iraquiano, a propalada reforma da ONU e o aumento exponencial da insegurança

pública são alguns exemplos a demonstrar o caráter premonitório do “Por que a guerra?”.

Ainda mais inquietante é a constatação de que, entre os seis maiores produtores e exportadores de armas bélicas do mundo, estão os cinco membros do Conselho de Segurança da ONU. Exceto pela Alemanha, foram justamente China, Estados Unidos, França, Inglaterra e Rússia os Estados incapazes de evitar que cerca de duzentos conflitos bélicos ocorressem no mundo desde 1945, fazendo mais de cinquenta milhões de vítimas. Portanto, a paz, na crua análise de Paul Valéry foi, de fato, “a guerra em outro lugar”.

Triste situação a da humanidade quando os encarregados da paz são os senhores da guerra.



FADISMA
Faculdade de Direito de Santa Maria



FADISMA
Faculdade de Direito de Santa Maria

O contexto desta publicação: das Grandes Guerras à diária guerra urbana

Entre todos os objetos que podem causar o ferimento ou a morte de um ser humano, o único que serve precipuamente a esta finalidade é a arma de fogo. O desenvolvimento tecnológico trazido pelas guerras costuma ser louvado com extraordinário entusiasmo. Nestas ocasiões, pouco se fala, porém, sobre o irreparável dano causado ao ser humano pela massificação das armas de fogo, instrumentos que deveriam ser limitados ao uso entre soldados, profissionais a serviço de Estados em guerra, ou a profissionais a serviço do Estado no âmbito da segurança pública interna.

Atualmente, a guerra mata mais a civis que a militares, pela perversidade das operações bélicas em curso, travestida de tecnologia de ponta. Quase anti-sépticos para os agressores, os ataques armados revelam-se horrivelmente sangrentos para os agredidos, despedaçando em frangalhos corpos de inocentes, em particular de crianças, maiores vítimas de cada vez mais modernos mísseis e minas.

É um erro, contudo, pensar que a guerra está em outro lugar. Não somente porque, como escreveu Espinosa, a paz não é apenas a ausência de guerra declarada, mas sobretudo porque a cultura da guerra impregnou o homem de modo bem mais profundo e definitivo do que ele pode supor.

A banalização da violência, principalmente por meio do culto às armas de fogo, já presente em muitas culturas locais (inclusive na gaúcha), difundiu-se em proporção geométrica por meio da indústria cultural que se impôs nas últimas décadas. Ainda mais grave é o fato de que dita indústria visa particularmente às crianças, cujo entretenimento é empapado de insultos e agressões, emitidos por invejados personagens fortemente armados.

Quanto aos adultos, forjados ou não no culto à agressão armada, sentem-se acossados pela falta de segurança pública, notória omissão de sucessivos governos, principalmente nos Estados em via de desenvolvimento. Os seres humanos que possuem patrimônio material são especialmente atingidos pela obsessão securitária: sobressaltados, oferecem grande risco à sociedade com suas reações inoportunas e desproporcionais, diante da mínima suspeita de prejuízo. A prepotência e o privilégio social não raro se escondem sob a capa da legítima defesa.

No entanto, mesmo os mais pobres, diante da contínua exploração dos crimes cruéis contra a pessoa, pelos meios de comunicação que auferem imensos lucros por meio do sensacionalismo, cedem ao apelo fácil de uma suposta preparação para a legítima defesa.

Causa espanto que milhões de atrocidades diárias - e ao contrário dos crimes, totalmente previsíveis - não choquem e não suscitem prevenção, ainda que também divulgadas pelos meios de comunicação. Por exemplo, a agressão à integridade física de milhões seres humanos perpetrada pela desnutrição, por um sistema de saúde ineficaz, pelo abandono de crianças à sua própria sorte e pela violação de

direitos fundamentais promovida pelos próprios órgãos do Estado. Falta-lhes, supõe-se, a propaganda que incite à indignação.

Quanto à indústria da violência, porém, propaganda não falta. Ela é financiada, entre outros, pelos produtores e vendedores de armas. Disse Alain Bosquet que a violência é a maior indústria norte-americana. De fato, é inquestionável o poder dos fabricantes de armas nos Estados Unidos, regalados com o contínuo envolvimento do país em conflitos bélicos.

No *Contrato Social*, Rousseau escreveu que, sendo a finalidade da guerra a destruição do Estado inimigo, tem-se o direito de matar seus defensores enquanto eles tiverem armas na mão; mas tão logo eles as deponham e se rendam, deixam de ser inimigos ou instrumentos do inimigo. Eles voltam a ser simplesmente homens e não se tem mais direito sobre a sua vida. Portar armas só tem sentido quando há uma guerra entre comunidades ou entre Estados. Na falta de uma, os Estados Unidos não hesitam em criá-la.

Entretanto, que o trabalho do soldado seja matar e morrer, já é algo questionável do ponto de vista humano. Na maioria das guerras, o soldado sequer sabe porque está morrendo, mas em meio a uma névoa de fanatismo e mentira, alguns poucos que jamais pisaram no *front* estão ganhando, tanto poder como muito dinheiro.

O quê leva, então, um jovem comum, normalmente alguém de poucos recursos financeiros, que não é nem de longe privilegiado pela ordem que defende, a abraçar profissionalmente a morte e o assassinato?

São as idéias que se forjam para mover a guerra que provocam este torpor, quase sempre fundado na ilusão do heroísmo. Em época de

guerra, o nacionalismo, a xenofobia, o fanatismo religioso e outras enfermidades devem ser suficientemente fortes para transformar outro ser humano num estranho, e logo a seguir num inimigo. A idéia precisa ser suficientemente reducionista, imoderada e estereotipada para que gere um ódio puro e inquestionável.

As idéias são, portanto, uma condição prévia às armas. É preciso acreditar na necessidade de portá-las, caso contrário jovens saudáveis não se transformariam em carne de canhão.

O que estamos vivendo no Brasil de hoje é justamente o recrudescimento da ideologia que justifica e incita ao comércio e ao porte de armas, que nos faz acreditar que outros seres humanos, nossos compatriotas e contemporâneos, são estranhos inimigos. A estranheza é, portanto, um dos elementos importantes desta ideologia.

Melhor esquecer, então, por exemplo, o rapaz drogado que, num assalto, reconheceu na vítima um ex-colega de escola, e exclamou: “já que não posso te roubar, me compra esta arma, eu a vendo por quinze reais”. Melhor esquecer também que é muito mais provável que meu vizinho portador de arma mate a um amigo comum do que a um delinqüente.

Ainda melhor não pensar, como fazem tradicionalmente os detetives nos romances policiais em relação ao crime investigado, em quem se beneficia com a venda de armas. Que eu esteja armada me rende uma hipotética capacidade de reação diante de uma agressão. Já aos que produzem e vendem armas, não há nenhuma dúvida sobre o lucro, certo e direto, que deriva deste comércio.

Todavia, enquanto a indústria da violência não corre nenhum risco, eu, provavelmente, caso se concretize a profetizada

agressão, morrerei ao reagir a um assalto ou, com sorte, terei minha arma furtada juntamente com outros bens. Sorte improvável, porque a regra entre os que andam armados é a de que não se saca uma arma para ameaçar: é preciso matar, porque o agressor, na iminência presumida de sua própria morte, não hesitará em matar. Corro, ainda, o risco de, num momento de perturbação mental, ferir gravemente ou matar um ente querido, ou dele ser vítima.

Caso, para diminuir meus riscos, eu deseje me preparar para a agressão, incorporarei a violência ao meu cotidiano com cursos de defesa pessoal, leituras sobre o “inimigo”, etc. Minha agressividade virá à tona e provavelmente me transforme numa dessas pessoas alarmadas (e quantas conhecemos!), capazes de assassinar o filho que entra no quarto, durante a noite, porque o confunde com o assaltante. Ou num desses homens corroídos pelo stress, capazes de matar por uma discussão no trânsito, e que paulatinamente se vão deslumbrando com o efeito que o porte de armas provoca sobre as pessoas. Os argumentos vão se tornando secundários e a pretensa coragem se vai revelando uma imensa covardia.

Em outras palavras, todos nós, se armados, tornamo-nos personagens da guerra de todos contra todos a que se referiu Thomas Hobbes. Criamos o Estado para garantir nossa segurança. Quando ele não a oferece, porém, não o questionamos. Seguimos pagando o Estado e ainda retornamos voluntariamente ao nosso estado natural, de guerra permanente.

Em lugar disto, poderíamos seguir outro caminho. Buscar informações sobre as armas, antes de mais nada. Punir, por meio do voto, os governos que não oferecem a segurança pública que pagamos

com nossos impostos. Preparar o futuro, evitando que as crianças consumam a cultura da violência. Agir no meio social em que vivemos para melhorar as condições econômicas, que são as grandes responsáveis pelo tipo de criminalidade que nos aflige.

Por trás de todos os nossos gestos, repito, estão nossas idéias, e é urgente fazer circular outras que não sejam as da propaganda da indústria da violência. Não é um acaso que os grandes gênios da humanidade tenham sido pacifistas. A humanidade seria outra, hoje, não fosse a indústria armamentista.

Não é ocasional, igualmente, que a academia e seu pensamento independente tenham um papel tão secundário nas sociedades dos países em desenvolvimento. Urge recuperar cada expressão do pensamento como uma drágea da civilização. Afinal, como escreveu Ítalo Calvino, estar certo é muito pouco.



FADISMA
Faculdade de Direito de Santa Maria

**Documento 1 :
correspondência de
Albert Einstein à
Sigmund Freud**



FADISMA
Faculdade de Direito de Santa Maria



FADISMA
Faculdade de Direito de Santa Maria

Potsdam, 30 de julho de 1932.

Prezado Professor Freud

A proposta da Liga das Nações e de seu Instituto Internacional para a Cooperação Intelectual, em Paris, de que eu convidasse uma pessoa, de minha própria escolha, para um franco intercâmbio de pontos de vista sobre algum problema que eu poderia escolher, oferece-me excelente oportunidade de conferenciar com o senhor a respeito de uma questão que, da maneira como as coisas estão, parece ser o mais urgente de todos os problemas que a civilização tem de enfrentar.

Este é o problema: existe alguma forma de livrar a humanidade da ameaça de guerra? É do conhecimento geral que, com o progresso da ciência de nossos dias, esse tema adquiriu significado de assunto de vida ou morte para a civilização, tal como a conhecemos; não obstante, apesar de todo o empenho demonstrado, todas as tentativas de solucioná-lo terminaram em lamentável fracasso.

Ademais, acredito que aqueles cuja atribuição é atacar o problema de forma profissional e prática, estão apenas adquirindo crescente consciência de sua impotência para abordá-lo, e agora possuem um vivo desejo de conhecer os

pontos de vistas de homens que, absorvidos pela busca da ciência, podem mirar os problemas do mundo sob a perspectiva que a distância permite.

Quanto a mim, o objetivo habitual de meu pensamento não me permite uma compreensão interna das obscuras regiões da vontade e do sentimento humano. Assim, na indagação ora proposta, posso fazer pouco mais do que procurar esclarecer a questão em referência e, preparando o terreno das soluções mais óbvias, possibilitar que o senhor proporcione a elucidação do problema mediante o auxílio do seu profundo conhecimento da vida instintiva do homem.

Existem determinados obstáculos psicológicos cuja existência um leigo em ciências mentais pode obscuramente entrever, cujas inter-relações e filigranas ele, contudo, é incompetente para compreender; estou convencido de que o senhor será capaz de sugerir métodos educacionais situados mais ou menos fora dos objetivos da política, os quais eliminarão esses obstáculos.

Como pessoa isenta de preconceitos nacionalistas, pessoalmente vejo uma forma simples de abordar o aspecto superficial (isto é, administrativo) do problema: a instituição, por meio de acordo internacional, de um organismo legislativo e judiciário para arbitrar todo conflito que surja entre nações. Cada nação submeter-se-ia à obediência às ordens emanadas desse organismo legislativo, a recorrer às suas decisões em todos os litígios, a aceitar irrestritamente suas decisões e a pôr em prática todas as medidas que o tribunal considerasse necessárias para a execução de seus decretos.

Já de início, todavia, defronto-me com uma dificuldade: um tribunal é uma instituição humana que, em relação ao poder de que dispõe, é

inadequada para fazer cumprir seus veredictos, está muito sujeito a ver suas decisões anuladas por pressões extrajudiciais. Este é um fato com que temos de contar; a lei e o poder inevitavelmente andam de mãos dadas, e as decisões jurídicas se aproximam mais da justiça ideal exigida pela comunidade (em cujo nome e em cujos interesses esses veredictos são pronunciados), na medida em que a comunidade tem efetivamente o poder de impor o respeito ao seu ideal jurídico.

Atualmente, porém, estamos distantes de possuir qualquer organização supranacional competente para emitir julgamentos de autoridade incontestável e garantir absoluto acatamento à execução de seus veredictos. Assim, sou levado ao meu primeiro princípio; a busca da segurança internacional envolve a renúncia incondicional, por todas as nações, em determinada medida, à sua liberdade de ação, ou seja, à sua soberania, e é absolutamente evidente que nenhum outro caminho pode conduzir a essa segurança.

O insucesso, malgrado sua evidente sinceridade, de todos os esforços, durante a última década, no sentido de alcançar essa meta, não deixa lugar à dúvida de que estão em jogo fatores psicológicos de peso que paralisam tais esforços. Alguns desses fatores são mais fáceis de detectar. O intenso desejo de poder, que caracteriza a classe governante em cada nação, é hostil a qualquer limitação de sua soberania nacional. Essa fome de poder político está acostumada a medrar nas atividades, de um outro grupo, cujas aspirações são de caráter econômico, puramente mercenário. Refiro-me especialmente a esse grupo reduzido, porém decidido, existente em cada nação, composto de indivíduos que, indiferentes às condições e aos controles sociais, consideram a guerra, a fabricação

e venda de armas simplesmente como uma oportunidade de expandir seus interesses pessoais e ampliar a sua autoridade pessoal.

O reconhecimento desse fato, no entanto, é simplesmente o primeiro passo para uma avaliação da situação atual.

Logo surge uma outra questão: como é possível a essa pequena súcia dobrar a vontade da maioria, que se resigna a perder e a sofrer com uma situação de guerra, a serviço da ambição de poucos? (Ao falar em maioria, não excludo os soldados, de todas as graduações, que escolheram a guerra como profissão, na crença de que estejam servindo à defesa dos mais altos interesses de sua raça e de que o ataque seja, muitas vezes, o melhor meio de defesa).

Parece que uma resposta óbvia a essa pergunta seria que a minoria, a classe dominante atual, possui as escolas, a imprensa e, geralmente, também a Igreja, sob seu poderio. Isto possibilita organizar e dominar as emoções das massas e torná-las instrumento desta minoria.

Ainda assim, nem sequer essa resposta proporciona uma solução completa. Daí surge uma nova questão: como esses mecanismos conseguem tão bem despertar nos homens um entusiasmo extremado, a ponto de estes sacrificarem suas vidas? Pode haver apenas uma resposta. É porque o homem encerra dentro de si um desejo de ódio e destruição.

Em tempos normais, essa paixão existe em estado latente, emerge apenas em circunstâncias anormais: é, contudo, relativamente fácil despertá-la e elevá-la à potência de psicose coletiva. Talvez aí esteja o ponto crucial de todo o complexo de fatores que estamos considerando, um enigma que só um especialista na ciência dos instintos humanos pode resolver.

Com isso, chegamos à nossa última questão. É possível controlar a evolução da mente do homem, de modo a torná-lo à prova das psicoses do ódio e da destrutividade? Aqui não me estou referindo tão-somente às chamadas massas incultas. A experiência prova que é, antes de todas, a chamada *Intelligentzia* a mais inclinada a ceder a essas desastrosas sugestões coletivas, de vez que o intelectual não tem contato direto com o lado rude da vida, mas a encontra em sua forma sintética mais fácil na página impressa.

Para concluir: até aqui somente falei das guerras entre nações, aquelas que se conhecem como conflitos internacionais. Estou, porém, bem consciente de que o instinto agressivo opera sob outras formas e em outras circunstâncias. (Penso nas guerras civis, por exemplo, devidas à intolerância religiosa, em tempos precedentes, hoje em dia, contudo, devidas a fatores sociais; ademais, também nas perseguições a minorias raciais.)

Foi deliberada a minha insistência naquilo que é a mais típica, mais cruel e extravagante forma de conflito entre os homens, pois aqui temos a melhor ocasião de descobrir maneiras e meios de tornar impossíveis qualquer conflito armado.

Sei que nos escritos do senhor podemos encontrar respostas, explícitas ou implícitas, a todos os aspectos desse problema urgente e obsessivo. Mas seria da maior utilidade para nós todos que o senhor apresentasse o problema da paz mundial sob o enfoque das suas mais recentes descobertas, pois uma tal apresentação bem poderia demarcar o caminho para novos e frutíferos métodos de ação.

Muito cordialmente,

Albert EINSTEIN



FADISMA
Faculdade de Direito de Santa Maria

**Documento nº 2 :
resposta de
Sigmund Freud à
Albert Einstein**



FADISMA
Faculdade de Direito de Santa Maria



FADISMA
Faculdade de Direito de Santa Maria

Viena, setembro de 1932.

Prezado Professor Einstein

Quando soube que o senhor pretendia convidar-me para um intercâmbio de pontos de vista sobre um assunto que lhe interessava e que parecia merecer o interesse de outros além do senhor, aceitei prontamente. Esperava que o senhor escolhesse um problema situado nas fronteiras daquilo que é atualmente cognoscível, um problema em relação ao qual cada um de nós, físico e psicólogo, pudesse ter o seu ângulo de abordagem especial, e no qual pudéssemos nos encontrar, sobre o mesmo terreno, embora partindo de direções diferentes.

O senhor apanhou-me de surpresa, no entanto, ao perguntar o que pode ser feito para proteger a humanidade da maldição da guerra. Inicialmente me assustei com o pensamento de minha - quase escrevi 'nossa' - incapacidade de lidar com o que parecia ser um problema prático, um assunto para Estadistas. Depois, no entanto, percebi que o senhor havia proposto a questão, não na condição de cientista da natureza e físico, mas como filantropo: o senhor estava seguindo a sugestão da Liga das Nações, assim como Fridtjof Nansen, o explorador polar, assumiu a tarefa de auxiliar as vítimas famintas e sem teto da guerra mundial.

Além do mais, considere que não me pediam para propor medidas práticas, mas sim apenas que eu delimitasse o problema para evitar

a guerra tal como ele se configura aos olhos de um cientista da psicologia. Também nesse ponto, o senhor disse quase tudo o que há a dizer sobre o assunto. Embora o senhor se tenha antecipado a mim, ficarei satisfeito em seguir no seu rastro e me contentarei com confirmar tudo o que o senhor disse, ampliando-o com o melhor do meu conhecimento - ou das minhas conjeturas.

O senhor começou com a relação entre o direito e o poder. Não se pode duvidar de que seja este o ponto de partida correto de nossa investigação. Mas, permita-me substituir a palavra 'poder' pela palavra mais nua e crua de "violência"?

Atualmente, direito e violência se nos afiguram como antíteses. No entanto, é fácil mostrar que uma se desenvolveu da outra e, se nos reportarmos às origens primeiras e examinarmos como essas coisas se passaram, resolve-se o problema facilmente. Perdoe-me se, nessas considerações que se seguem, eu trilhar chão familiar e comumente aceito, como se isto fosse novidade. O fio de minhas argumentações o exige.

É, pois, um princípio geral que os conflitos de interesses entre os homens são resolvidos pelo uso da violência. É isto o que se passa em todo o reino animal, do qual o homem não tem motivo por que se excluir. No caso do homem, sem dúvida ocorrem também conflitos de opinião que podem chegar a atingir a mais raras nuances da abstração e que parecem exigir alguma outra técnica para sua solução. Esta é, contudo, uma complicação a mais.

No início, numa pequena horda humana, era a superioridade da força muscular que decidia quem tinha a posse das coisas ou quem fazia prevalecer sua vontade. A força muscular logo foi suplementada e substituída pelo uso de

instrumentos: o vencedor era aquele que tinha as melhores armas ou aquele que tinha a maior habilidade no seu manejo.

A partir do momento em que as armas foram introduzidas, a superioridade intelectual já começou a substituir a força muscular bruta; mas o objetivo final da luta permanecia o mesmo – uma ou outra facção tinha de ser compelida a abandonar suas pretensões ou suas objeções, por causa do dano que lhe havia sido infligido pelo desmantelamento de sua força.

Conseguia-se esse objetivo de modo mais completo se a violência do vencedor eliminasse para sempre o adversário, ou seja, se o matasse. Isto tinha duas vantagens: o vencido não podia restabelecer sua oposição e o seu destino dissuadiria outros de seguirem seu exemplo. Ademais disso, matar um inimigo satisfazia uma inclinação do instinto, que mencionarei posteriormente.

À intenção de matar opor-se-ia a reflexão de que o inimigo podia ser utilizado na realização de serviços úteis, se fosse deixado vivo e num estado de intimidação. Nesse caso, a violência do vencedor contentava-se com subjugar, em vez de matar, o vencido. Foi este o início da idéia de poupar a vida de um inimigo, mas a partir daí o vencedor teve de contar com a oculta sede de vingança do adversário vencido e sacrificou uma parte de sua própria segurança.

Esta foi, por conseguinte, a situação inicial dos fatos: a dominação por parte de qualquer um que tivesse poder maior – a dominação pela violência bruta ou pela violência apoiada no intelecto. Como sabemos, esse regime foi modificado no transcurso da evolução. Havia um caminho que se estendia da violência ao direito ou à lei.

Que caminho era este? Penso ter sido apenas um: o caminho que levava ao reconhecimento do fato de que à força superior de um único indivíduo, podia-se contrapor a união de diversos indivíduos fracos: a união faz a força. A violência podia ser derrotada pela união, e o poder daqueles que se uniam representa, agora, a lei, em contraposição à violência do indivíduo só. Vemos, assim, que a lei é a força de uma comunidade.

Todavia, ela é ainda violência, pronta a se voltar contra qualquer indivíduo que se lhe oponha. Ela funciona pelos mesmos métodos e persegue os mesmos objetivos. A única diferença real reside no fato de que aquilo que prevalece não é mais a violência de um indivíduo, mas a violência da comunidade.

A fim de que a transição da violência a esse novo direito ou justiça pudesse ser efetuada, contudo, uma condição psicológica teve de ser preenchida. A união da maioria devia ser estável e duradoura. Se apenas fosse posta em prática com o propósito de combater um indivíduo isolado e dominante, e fosse dissolvida depois da derrota deste, nada se teria realizado.

A pessoa, a seguir, que se julgasse superior em força, haveria de mais uma vez tentar estabelecer o domínio através da violência, e o jogo se repetiria ad infinitum. A comunidade deve manter-se permanentemente, deve organizar-se, deve estabelecer regulamentos para antecipar-se ao risco de rebelião e deve instituir autoridades para fazer com que esses regulamentos - as leis - sejam respeitadas, e para superintender a execução dos atos legais de violência.

O reconhecimento de uma entidade de interesses como estes levou ao surgimento de vínculos emocionais entre os membros de um grupo

de pessoas unidas - sentimentos comuns, que são a verdadeira fonte de sua força. Acredito que, com isso, já tenhamos todos os elementos essenciais: a violência suplantada pela transferência do poder a uma unidade maior, que se mantém unida por laços emocionais entre os seus membros. O que resta dizer não é senão uma ampliação e uma repetição desse fato.

A situação é simples enquanto a comunidade consiste em apenas poucos indivíduos igualmente fortes. As leis de uma tal associação irão determinar o grau em que, se a segurança da vida comunal deve ser garantida, cada indivíduo deve abrir mão de sua liberdade pessoal de utilizar a sua força para fins violentos.

Um estado de equilíbrio dessa espécie, porém, só é concebível teoricamente. Na realidade, a situação complica-se pelo fato de que, desde os seus primórdios, a comunidade abrange elementos de força desigual - homens e mulheres, pais e filhos - e logo, como consequência da guerra e da conquista, também passa a incluir vencedores e vencidos, que se transformam em senhores e escravos.

A justiça da comunidade então passa a exprimir graus desiguais de poder nela vigentes. As leis são feitas por e para os membros governantes e deixa pouco espaço para os direitos daqueles que se encontram em estado de sujeição.

Dessa época em diante, existem na comunidade dois fatores em atividade que são fonte de inquietação relativamente a assuntos da lei, mas que tendem, ao mesmo tempo, a um maior crescimento da lei.

Primeiramente, são feitas, por certos detentores do poder, tentativas, no sentido de se colocarem acima das proibições que se aplicam a

todos — isto é, procuram escapar do domínio pela lei para o domínio pela violência.

Em segundo lugar, os membros oprimidos do grupo fazem constantes esforços para obter mais poder e ver reconhecidas na lei algumas modificações efetuadas nesse sentido — isto é, fazem pressão para passar da justiça desigual para a justiça igual para todos. Essa segunda tendência torna-se especialmente importante se uma mudança real de poder ocorre dentro da comunidade, como pode ocorrer em consequência de diversos fatores históricos. Nesse caso, o direito pode gradualmente adaptar-se à nova distribuição do poder; ou, como sucede com maior frequência, a classe dominante se recusa a admitir a mudança e a rebelião e a guerra civil se seguem, com uma suspensão temporária da lei e com novas tentativas de solução mediante a violência, terminando pelo estabelecimento de um novo sistema de leis.

Ainda há uma terceira fonte da qual podem surgir modificações da lei, e que invariavelmente se exprime por meios pacíficos: consiste na transformação cultural dos membros da comunidade. Isto, porém, faz parte propriamente de uma outra correlação e deve ser considerado posteriormente.

Vemos, pois, que a solução violenta de conflitos de interesses não é evitada sequer dentro de uma comunidade. As necessidades cotidianas e os interesses comuns, inevitáveis ali onde pessoas vivem juntas num lugar, tendem, contudo, a proporcionar a essas lutas uma conclusão rápida, e, sob tais condições, existe uma crescente probabilidade de se encontrar uma solução pacífica. Outrossim, um rápido olhar pela história da raça humana revela uma série infindável de conflitos entre uma comunidade e outra, ou diversas outras,

entre unidades maiores e menores – entre cidades, províncias, raças, nações, impérios – , que quase sempre se formaram pela força das armas. Guerras dessa espécie terminam ou pelo saque ou pelo completo aniquilamento e conquista de uma das partes.

É impossível estabelecer qualquer julgamento geral das guerras de conquista. Algumas, como as empreendidas pelos mongóis e pelos turcos, não trouxeram senão malefícios. Outras, pelo contrário, contribuíram para a transformação da violência em lei, ao estabelecerem unidades maiores, dentre as quais o uso da violência se tornou impossível e nas quais um novo sistema de leis solucionou os conflitos. Desse modo, as conquistas dos romanos deram aos países próximos ao Mediterrâneo a inestimável pax romana, e a ambição dos reis franceses de ampliar os seus domínios criou uma França pacificamente unida e florescente.

Por paradoxal que possa parecer, deve-se admitir que a guerra poderia ser um meio nada inadequado de estabelecer o reino ansiosamente desejado de paz ‘perene’, pois está em condições de criar as grandes unidades dentro das quais um poderoso governo central torna impossíveis outras guerras. Contudo, ela falha quanto a esse propósito, pois os resultados da conquista são geralmente de curta duração: as unidades recentemente criadas esfacelam-se novamente, no mais das vezes devido a uma falta de coesão entre as partes que foram unidas pela violência.

Ademais, até hoje as unificações criadas pela conquista, embora de extensão considerável, foram apenas parciais, e os conflitos entre elas ensejaram, mais do que nunca, soluções violentas. O resultado de todos esses esforços bélicos

consistiu, assim, apenas em a raça humana haver trocado as numerosas e realmente infundáveis guerras menores por guerras em grande escala, que são raras, contudo muito mais destrutivas.

Se nos voltamos para os nossos próprios tempos, chegamos a mesma conclusão a que o senhor chegou por um caminho mais curto. As guerras somente serão evitadas com certeza, se a humanidade se unir para estabelecer uma autoridade central a que será conferido o direito de arbitrar todos os conflitos de interesses. Nisto estão envolvidos claramente dois requisitos distintos: criar uma instância suprema e dotá-la do necessário poder. Uma sem a outra seria inútil. A Liga das Nações é destinada a ser uma instância dessa espécie, mas a segunda condição não foi preenchida: a Liga das Nações não possui poder próprio, e só pode adquiri-lo se os membros da nova união, os diferentes Estados, se dispuserem a cedê-lo. E, no momento, parecem escassas as perspectivas nesse sentido.

A instituição da Liga das Nações seria totalmente ininteligível se fosse ignorasse o fato de que houve uma tentativa corajosa, como raramente (talvez jamais em tal escala) se fez antes. Ela é uma tentativa de fundamentar a autoridade sobre um apelo a determinadas atitudes idealistas da mente (isto é, a influência coercitiva), que de outro modo se baseia na posse da força. Já vimos que uma comunidade se mantém unida por duas coisas: a força coercitiva da violência e os vínculos emocionais (identificações é o nome técnico) entre seus membros. Se estiver ausente um dos fatores, é possível que a comunidade se mantenha ainda pelo outro fator.

As idéias a que se faz o apelo só podem, naturalmente, ter importância se exprimirem

afinidades importantes entre os membros, e pode-se perguntar quanta força essas idéias podem exercer. A história nos ensina que, em certa medida, elas foram eficazes. Por exemplo, a idéia do pan-helenismo, o sentido de ser superior aos bárbaros de além-fronteiras — idéia que foi expressa com tanto vigor no conselho anfictiônico, nos oráculos e nos jogos —, foi forte a ponto de mitigar os costumes guerreiros entre os gregos, embora, é claro, não suficientemente forte para evitar dissensões bélicas entre as diferentes partes da nação grega, ou mesmo para impedir uma cidade ou confederação de cidades de se aliar com o inimigo persa, a fim de obter vantagem contra algum rival.

A identidade de sentimentos entre os cristãos, embora fosse poderosa, não conseguiu, à época do Renascimento, impedir os Estados Cristãos, tanto os grandes como os pequenos, de buscar o auxílio do sultão em suas guerras de uns contra os outros. E atualmente não existe idéia alguma que, espera-se, venha a exercer uma autoridade unificadora dessa espécie. Na realidade, é por demais evidente que os ideais nacionais, pelos quais as nações se regem nos dias de hoje, atuam em sentido oposto.

Algumas pessoas tendem a profetizar que não será possível pôr um fim à guerra, enquanto a forma comunista de pensar não tenha encontrado aceitação universal. Mas esse objetivo, em todo caso, está muito remoto, atualmente, e talvez só pudesse ser alcançado após as mais terríveis guerras civis. Assim sendo, presentemente, parece estar condenada ao fracasso a tentativa de substituir a força real pela força das idéias. Estaremos fazendo um cálculo errado se desprezarmos o fato de que a lei, originalmente, era força bruta e que, mesmo hoje, não pode prescindir do apoio da violência.

Passo agora a acrescentar algumas observações aos seus comentários. O senhor expressa surpresa ante o fato de ser tão fácil inflamar nos homens o entusiasmo pela guerra, e insere a suspeita, de que neles exige em atividade alguma coisa — um instinto de ódio e de destruição — que coopera com os esforços dos mercadores da guerra. Também nisto apenas posso exprimir meu inteiro acordo. Acreditamos na existência de um instinto dessa natureza, e durante os últimos anos temo-nos ocupado realmente em estudar suas manifestações.

Permita-me que me sirva dessa oportunidade para apresentar-lhe uma parte da teoria dos instintos que, depois de muitas tentativas hesitantes e muitas vacilações de opinião, foi formulada pelos que trabalham na área da psicanálise?

De acordo com nossa hipótese, os instintos humanos são de apenas dois tipos: aqueles que tendem a preservar e a unir — que denominamos ‘eróticos’, exatamente no mesmo sentido em que Platão usa a palavra ‘Eros’ em seu Symposium, ou ‘sexuais’, com uma deliberada ampliação da concepção popular de ‘sexualidade’ —; e aqueles que tendem a destruir e matar, os quais agrupamos como instinto agressivo ou destrutivo.

Como o senhor vê, isto não é senão uma formulação teórica da universalmente conhecida oposição entre amor e ódio, que talvez possa ter alguma relação básica com a polaridade entre atração e repulsão, que desempenha um papel na sua área de conhecimentos. Entretanto, não devemos ser demasiado apressados em introduzir juízos éticos de bem e de mal.

Nenhum desses dois instintos é menos essencial do que o outro; os fenômenos da vida surgem da ação confluyente ou mutuamente contrária

de ambos. Ora, é como se um instinto de um tipo dificilmente pudesse operar isolado; está sempre acompanhado — ou, como dizemos, amalgamado — por determinada quantidade do outro lado, que modifica o seu objetivo, ou, em determinados casos, possibilita a consecução desse objetivo. Assim, por exemplo, o instinto de auto-preservação certamente é de natureza erótica; não obstante, deve ter à sua disposição a agressividade, para atingir seu propósito.

Dessa forma, também o instinto de amor, quando dirigido a um objeto, necessita de alguma contribuição do instinto de domínio, para que obtenha a posse desse objeto. A dificuldade de isolar as duas espécies de instinto em suas manifestações reais, é, na verdade, o que até agora nos impedia de reconhecê-los.

Se o senhor quiser acompanhar-me um pouco mais, verá que as ações humanas estão sujeitas a uma outra complicação de natureza diferente. Muito raramente uma ação é obra de um impulso instintivo único (que deve estar composto de Eros e destrutividade). A fim de tornar possível uma ação, há de existir, via de regra, uma combinação desses motivos compostos. Isto, há muito tempo, foi percebido por um especialista na sua matéria, o professor G. C. Lichtenberg, que ensinava física em Göttingen, durante o nosso classicismo, embora, talvez, ele fosse ainda mais notável como psicólogo do que como físico. Ele inventou uma 'bússola de motivos', pois escreveu: 'Os motivos que nos levam a fazer algo poderiam ser dispostos à maneira da rosa-dos-ventos e receber nomes de uma forma parecida: por exemplo, "pão-pão-fama" ou "fama-fama-pão".' De forma que, quando os seres humanos são incitados à guerra, podem ter toda uma gama de motivos para se

deixarem levar - uns nobres, outros vis, alguns francamente declarados, outros jamais mencionados. Não há por que enumerá-los todos. Entre eles está certamente o desejo da agressão e destruição: as incontáveis crueldades que encontramos na história e em nossa vida de todos os dias atestam a sua existência e a sua força.

A satisfação desses impulsos destrutivos naturalmente é facilitada por sua mistura com outros motivos de natureza erótica e idealista. Quando lemos sobre as atrocidades do passado, amiúde é como se os motivos idealistas servissem apenas de desculpa para os desejos destrutivos; e, às vezes - por exemplo, no caso das crueldades da Inquisição - é como se os motivos idealistas tivessem assomado a um primeiro plano na consciência, enquanto os destrutivos lhes emprestassem um reforço inconsciente. Ambos podem ser verdadeiros.

Receio que eu possa estar abusando do seu interesse, que, afinal, se volta para a prevenção da guerra e não para nossas teorias. Gostaria, não obstante, de deter-me um pouco mais em nosso instinto destrutivo, cuja popularidade não é de modo algum igual à sua importância. Como consequência de um pouco de especulação, pudemos supor que esse instinto está em atividade em toda criatura viva e procura levá-la ao aniquilamento, reduzir a vida à condição original de matéria inanimada.

Portanto, merece, com toda seriedade, ser denominado instinto de morte, ao passo que os instintos eróticos representam o esforço de viver. O instinto de morte torna-se instinto destrutivo quando, com o auxílio de órgãos especiais, é dirigido para fora, para objetos. O organismo preserva sua própria vida, por assim dizer,

destruindo uma vida alheia. Uma parte do instinto de morte, contudo, continua atuante dentro do organismo, e temos procurado atribuir numerosos fenômenos normais e patológicos a essa internalização do instinto de destruição. Foi-nos até mesmo imputada a culpa pela heresia de atribuir a origem da consciência a esse desvio da agressividade para dentro.

O senhor perceberá que não é absolutamente irrelevante se esse processo vai longe demais: é positivamente insano. Por outro lado, se essas forças se voltam para a destruição no mundo externo, o organismo se aliviara e o efeito deve ser benéfico. Isto serviria de justificação biológica para todos os impulsos condenáveis e perigosos contra os quais lutamos. Deve-se admitir que eles se situam mais perto da Natureza do que a nossa resistência, para a qual também é necessário encontrar uma explicação.

Talvez ao senhor possa parecer serem nossas teorias uma espécie de mitologia e, no presente caso, mitologia nada agradável. Todas as ciências, porém, não chegam, afinal, a uma espécie de mitologia como esta? Não se pode dizer o mesmo, atualmente, a respeito da sua física? Para nosso propósito imediato, portanto, isto é tudo o que resulta daquilo que ficou dito: de nada vale tentar eliminar as inclinações agressivas dos homens.

Segundo se nos conta, em determinadas regiões privilegiadas da Terra, onde a natureza provê em abundância tudo o que é necessário ao homem, existem povos cuja vida transcorre em meio à tranqüilidade, povos que não conhecem nem a coerção nem a agressão. Dificilmente posso acreditar nisso, e me agradaria saber mais a respeito de coisas tão afortunadas. Também os bolchevistas

esperam ser capazes de fazer a agressividade humana desaparecer mediante a garantia de satisfação de todas as necessidades materiais e o estabelecimento da igualdade, em outros aspectos, entre todos os membros da comunidade. Isto, na minha opinião, é uma ilusão. Eles próprios, hoje em dia, estão armados da maneira mais cautelosa, e o método não menos importante que empregam para manter juntos os seus adeptos é o ódio contra qualquer pessoa além das suas fronteiras.

Em todo caso, como o senhor mesmo observou, não há maneira de eliminar totalmente os impulsos agressivos do homem; pode-se tentar desviá-los num grau tal que não necessitem encontrar expressão na guerra.

Nossa teoria mitológica dos instintos facilita-nos encontrar a fórmula para métodos indiretos de combater a guerra. Se o desejo de aderir à guerra é um efeito do instinto destrutivo, a recomendação mais evidente será contrapor-lhe o seu antagonista, Eros. Tudo o que favorece o estreitamento dos vínculos emocionais entre os homens deve atuar contra a guerra. Esses vínculos podem ser de dois tipos.

Em primeiro lugar, podem ser relações semelhantes àquelas relativas a um objeto amado, embora não tenham uma finalidade sexual. A psicanálise não tem motivo porque se envergonhar se nesse ponto fala de amor, pois a própria religião emprega as mesmas palavras: 'Ama a teu próximo como a ti mesmo.' Isto, todavia, é mais facilmente dito do que praticado.

O segundo vínculo emocional é o que utiliza a identificação. Tudo o que leva os homens a compartilhar de interesses importantes produz essa comunhão de sentimento, essas identificações. E a estrutura da sociedade humana se baseia nelas, em grande escala.

Uma queixa que o senhor formulou acerca do abuso de autoridade leva-me a uma outra sugestão para o combate indireto à propensão à guerra. Um exemplo da desigualdade inata e irremovível dos homens é sua tendência a se classificarem em dois tipos, o dos líderes e o dos seguidores. Esses últimos constituem a vasta maioria; têm necessidade de uma autoridade que tome decisões por eles e à qual, na sua maioria devotam uma submissão ilimitada. Isto sugere que se deva dar mais atenção, do que até hoje se tem dado, à educação da camada superior dos homens dotados de mentalidade independente, não suscetível de intimidação e desejosa de manter-se fiel à verdade, cuja preocupação seja a de dirigir as massas dependentes.

É desnecessário dizer que as usurpações cometidas pelo poder executivo do Estado e a proibição estabelecida pela Igreja contra a liberdade de pensamento não são nada favoráveis à formação de uma classe desse tipo. A situação ideal, naturalmente, seria a comunidade humana que tivesse subordinado sua vida instintual ao domínio da razão. Nada mais poderia unir os homens de forma tão completa e firme, ainda que entre eles não houvesse vínculos emocionais. No entanto, com toda a probabilidade isto é uma expectativa utópica. Não há dúvida de que os outros métodos indiretos de evitar a guerra são mais exequíveis, embora não prometam êxito imediato. Vale lembrar aquela imagem inquietante do moinho que mói tão devagar, que as pessoas podem morrer de fome antes de ele poder fornecer sua farinha.

O resultado, como o senhor vê, não é muito frutífero quando um teórico desinteressado é chamado a opinar sobre um problema prático urgente. É melhor a pessoa, em qualquer caso

especial, dedicar-se a enfrentar o perigo com todos os meios à mão.

Eu gostaria, porém, de discutir mais uma questão que o senhor não menciona em sua carta, a qual me interessa em especial. Por que o senhor, eu e tantas outras pessoas nos revoltamos tão violentamente contra a guerra? Por que não a aceitamos como mais uma das muitas calamidades da vida? Afinal, parece ser coisa muito natural, parece ter uma base biológica e ser dificilmente evitável na prática.

Não há motivo para se surpreender com o fato de eu levantar essa questão. Para o propósito de uma investigação como esta, poder-se-ia, talvez, permitir-se usar uma máscara de suposto alheamento. A resposta à minha pergunta será a de que reagimos à guerra dessa maneira, porque toda pessoa tem o direito à sua própria vida, porque a guerra põe um término a vidas plenas de esperanças, porque conduz os homens individualmente a situações humilhantes, porque os compele, contra a sua vontade, a matar outros homens e porque destrói objetos materiais preciosos, produzidos pelo trabalho da humanidade.

Outras razões mais poderiam ser apresentadas, como a de que, na sua forma atual, a guerra já não é mais uma oportunidade de atingir os velhos ideais de heroísmo, e a de que, devido ao aperfeiçoamento dos instrumentos de destruição, uma guerra futura poderia envolver o extermínio de um dos antagonistas ou, quem sabe, de ambos. Tudo isso é verdadeiro, e tão incontestavelmente verdadeiro, que não se pode senão sentir perplexidade ante o fato de a guerra ainda não ter sido unanimemente repudiada. de Direito de Santa Maria

Sem dúvida, é possível o debate em torno de alguns desses pontos. Pode-se indagar se uma comunidade não deveria ter o direito de dispor da vida dos indivíduos; nem toda guerra é passível de condenação em igual medida; de vez que existem países e nações que estão preparados para a destruição impiedosa de outros, esses outros devem ser armados para a guerra. Mas não me deterei em nenhum desses aspectos; não constituem aquilo que o senhor deseja examinar comigo, e tenho em mente algo diverso.

Penso que a principal razão por que nos rebelamos contra a guerra é que não podemos fazer outra coisa. Somos pacifistas porque somos obrigados a sê-lo, por motivos orgânicos, básicos. E sendo assim, temos dificuldade em encontrar argumentos que justifiquem nossa atitude.

Sem dúvida, isto exige alguma explicação. Creio que se trata do seguinte. Durante períodos de tempo incalculáveis, a humanidade tem passado por um processo de evolução cultural (sei que alguns preferem empregar o termo 'civilização'). É a esse processo que devemos o melhor daquilo em que nos tornamos, bem como uma boa parte daquilo de que padecemos.

Embora suas causas e seus começos sejam obscuros e incerto o seu resultado, algumas de suas características são de fácil percepção. Talvez esse processo esteja levando à extinção a raça humana, pois em mais de um sentido ele prejudica a função sexual; povos incultos e camadas atrasadas da população já se multiplicam mais rapidamente do que as camadas superiormente instruídas.

Talvez se possa comparar o processo à domesticação de determinadas espécies animais, e ele se acompanha, indubitavelmente, de

modificações físicas; mas ainda não nos familiarizamos com a idéia de que a evolução da civilização é um processo orgânico dessa ordem. As modificações psíquicas que acompanham o processo de civilização são notórias e inequívocas. Consistem num progressivo deslocamento dos fins instintivos e numa limitação imposta aos impulsos instintivos. Sensações que para os nossos ancestrais eram agradáveis, tornaram-se indiferentes ou até mesmo intoleráveis para nós; há motivos orgânicos para as modificações em nossos ideais éticos e estéticos.

Dentre as características psicológicas da civilização, duas aparecem como as mais importantes: o fortalecimento do intelecto, que está começando a governar a vida do instinto, e a internalização dos impulsos agressivos com todas as suas conseqüentes vantagens e perigos. Ora, a guerra se constitui na mais óbvia oposição à atitude psíquica que nos foi incutida pelo processo de civilização, e por esse motivo não podemos evitar de nos rebelar contra ela; simplesmente não podemos mais nos conformar com ela. Isto não é apenas um repúdio intelectual e emocional. Nós, os pacifistas, temos uma intolerância constitucional à guerra, digamos, uma idiosincrasia exacerbada no mais alto grau.

Realmente, parece que o rebaixamento dos padrões estéticos na guerra desempenha um papel dificilmente menor em nossa revolta do que as suas crueldades.

E quanto tempo teremos de esperar até que o restante da humanidade também se torne pacifista? Não há como dizê-lo. Mas pode não ser utópico esperar que esses dois fatores, a atitude cultural e o justificado medo das conseqüências de uma guerra futura, venham a resultar, dentro de um

tempo previsível, em que se ponha um término à ameaça de guerra.

Por quais caminhos ou por que atalhos isto se realizará, não podemos adivinhar. Mas uma coisa podemos dizer: tudo o que estimula o crescimento da civilização trabalha simultaneamente contra a guerra.

Espero que o senhor me perdoe se o que eu disse o desapontou, e com a expressão de toda estima, subscrevo-me.

Cordialmente,

Sigmund FREUD



FADISMA
Faculdade de Direito de Santa Maria